



e-l@tina

Revista electrónica de estudios latinoamericanos

[e-l@tina](#) es una publicación del
Grupo de Estudios de Sociología Histórica de América Latina ([GESHAL](#))
con sede en el
Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe ([IEALC](#))
Facultad de Ciencias Sociales
Universidad de Buenos Aires

Reseña

Reis, Daniel Aarão; Silveira, Diego Omar da; Leite, Isabel Cristina; Martins, Janaína Cordeiro, organizadores, *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014, 232 p. ISBN13: 9788574786131

Larissa Jacheta Riberti

Mestre e doutoranda em história pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientada pela Profa. Dra. Maria Paula Araújo, bolsista Capes e pesquisadora da história mexicana com ênfase em temas como América contemporânea, justiça de transição e movimentos sociais e armados.

Recibido con pedido de publicación: 2 de junio de 2014.

Aceptado para publicación: 28 de junio de 2014.

Reseña

Reis, Daniel Aarão; Silveira, Diego Omar da; Leite, Isabel Cristina; Martins, Janaína Cordeiro, organizadores, *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014, 232 p. ISBN13: 9788574786131

Larissa Jacheta Riberti

Datas comemorativas, locais de memória, homenagens e cerimônias são algumas das diversas situações que podem ativar a nossa memória acerca de uma situação passada. Recentemente, inúmeros eventos aconteceram em espaços públicos como universidades, câmaras municipais, praças, museus e arquivos para lembrar e refletir sobre os 50 anos do Golpe que instaurou uma ditadura civil-militar em 1º de abril de 1964, tendo durado mais de 20 anos e deixado um legado autoritário que perdura na formação da democracia brasileira. Dentre as iniciativas, destaca-se o papel desempenhado, por exemplo, pela Comissão da Anistia, que promoveu palestras, caravanas e exposições em todas as capitais do país. No âmbito político, a opção pela rememoração de civis e militares que resistiram a esse processo, em detrimento da proposta de homenagear o golpe de 1964 felizmente prevaleceu, mas mostrou aos brasileiros a persistência de alguns grupos em querer celebrar, décadas depois, o projeto autoritário dos militares.

A publicação da obra *À sombra das ditaduras* se insere neste contexto, no qual são visíveis os inúmeros esforços para incentivar a reflexão crítica e o conhecimento desse passado de autoritarismo e repressão. A coletânea de artigos aborda diferentes temas e grupos sociais, num esforço que vai além do entendimento do que está “à sombra das ditaduras”. O livro apresenta aos seus leitores caminhos para entender como a sociedade, em sua heterogeneidade, participou, reagiu, silenciou, combateu ou ignorou os processos de instauração e manutenção das ditaduras militares no Brasil e na América Latina. Sendo assim, reunidos, os artigos nos levam a entender o que de fato correu pelas veias desses processos ditatoriais.

Organizada por três jovens pesquisadores – Isabel Leite, Diego Omar e Janaína Cordeiro – e também pelo experiente Daniel Aarão Reis Filho, o livro reúne artigos em dois eixos temáticos principais: Brasil e América Latina. De um modo geral, os que tratam do período ditatorial brasileiro tomam como conceito analítico a ideia de uma ditadura civil-militar, elaborado por Daniel Aarão. No entanto, vão além de constatar essa configuração, por outro lado esmiúçam como a sociedade brasileira se comportou, levando em conta os diferentes grupos sociais, diante do golpe e da instauração da ditadura. Ao abordar temas como a produção cultural e literária, a atuação de grupos religiosos e de intelectuais, bem como as memórias produzidas sobre esse período, os autores contribuem para o entendimento das ambivalências de atores políticos de um período que alterou não só a capacidade de participação política dos cidadãos, mas os fez agir de maneira muitas vezes contraditória e consentida.

Em se tratando do Brasil, três artigos cuidam da trajetória de intelectuais ligados a organismos oficiais, como os membros do Conselho Federal de Cultura e Vinícius de Moraes, diplomata brasileiro aposentado compulsoriamente em 1969 por ser considerado boêmio e alcoólatra. As análises apontam para as ambivalências na maneira com esses homens se relacionavam com o regime e seus representantes.

No artigo “Os intelectuais no Ministério da Educação e Cultura em tempos autoritários” (1966-1982), Tatyana de Amaral Maia trata da atuação de intelectuais na definição das políticas públicas educacionais durante os governos ditatoriais. O argumento da autora revela que ainda que estas políticas valorizassem a cultura nacional, por outro lado produziam discursos alicerçados no

civismo e no patriotismo – conceitos disseminados pela propaganda ditatorial anticomunista e de suposta defesa de valores – contribuindo para a legitimação da ideologia e do programa pedagógico do regime militar. Além deles, os “homens da igreja” e os movimentos eclesiais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são o tema de Diego Omar da Silveira, que busca compreender a renovação do pensamento católico durante a ditadura militar brasileira.

Sobre as relações que diferentes grupos sociais brasileiros estabeleceram com o regime, quisera destacar dois artigos que são bastante autênticos do ponto de vista da escolha temática por parte dos autores. O primeiro deles é da mestra em História, Erika Cardoso, que debate a circulação e o consumo de literatura erótica, também chamada de “catecismos”, produzida essencialmente por Carlos Zéfiro, pseudônimo de Alcides Aguiar Caminha.

A autora constrói uma narrativa positivamente comum sobre essa história e chama Carlos Zéfiro de “herói incomum”, por proporcionar esse tipo de literatura em um contexto de censura. O consumo dessa literatura, portanto, é visto como a evidência de uma sociedade mais complexa, pois se por um lado o regime difundia valores morais que normatizavam a sexualidade e determinavam o comportamento dos cidadãos, por outro lado as “revistinhas de sacanagem” e sua grande circulação durante parte deste período mostram as estratégias utilizadas pelos consumidores para comprar e driblar a censura. Nesse sentido, a “clandestinidade” passava a ser também um meio através do qual o cidadão comum tinha acesso às revistinhas, enredos de suas “aventuras sexuais”. Apesar das tentativas de cerceamento da liberdade sexual e da proibição da venda de tais revistas, o consumo acontecia nos becos mais sombrios que levavam até as bancas de jornal evidenciando que “Zéfiro somos todos nós” (pp. 79).

O segundo artigo que aqui destaco é o de Gustavo Alonso, pesquisador que analisa as canções sertanejas das décadas de 1960 e 1970 para compreender as relações entre alguns grupos de camponeses com o regime e suas políticas no que se relacionava a distribuição da terra e aos direitos trabalhistas dos camponeses. Através de canções compostas por duplas sertanejas como Leo Canhoto & Robertinho, Tônico & Tinoco e Zilo & Zalo, o autor identifica a apologia à ditadura nas frases e refrãos.

Algumas canções, como “Lei Agrária”, de Goiás e Francisco Lázaro, são tomadas pelo autor como claros exemplos de trabalhadores rurais que prestavam uma homenagem aos homens do regime, depois de terem atendido a demandas trabalhistas. E nesse sentido cita-se o ProRural do governo Médici, de 1972, a criação da Empreaba em 1973 e o programa de reforma agrária da ditadura (pp. 97) que, ainda que modestas, foram ações que incentivaram reações positivas por parte dos camponeses. Para o autor, portanto, ainda que as medidas do governo acarretassem na “proletarização” do trabalhador do campo, os músicos sertanejos cantavam o contrário. O que se louvava eram as mediações das relações de trabalho por parte do Estado e a existência de direitos sociais e uma burocracia estatal num contexto onde, antes, a mediação era realizada através do emprego da força. A grande contribuição do artigo, ao final, é entender as complexas relações de trabalho e entre os diferentes grupos sociais e políticos. Foge-se, portanto, da polarização “manipulador” e “manipulado” para se pensar nas razões do apoio e do consentimento expressados nas canções sertanejas.

A segunda parte do livro, que trata de ditaduras militares em outros países da América Latina, traz análises igualmente interessantes e importantes. Caroline Silveira Bauer e Isabel Leite fazem uso, respectivamente, do cinema e de escritos pessoais para tratar da segunda ditadura militar argentina. Assim, desvendam o complexo processo de construção da memória, bem como analisam de que forma os distintos grupos sociais e, principalmente a esquerda armada argentina, lida com o passado de luta, as derrotas e vitórias frente ao governo ditatorial.

Neste segundo momento, além de abordagens sobre a esquerda revolucionária chilena e das informações e transferências extrajudiciárias entre as ditaduras da América do Sul, contribuições de

Nashla Dahás e Jussaramar da Silva, respectivamente, vale destacar a iniciativa dos organizadores da obra em incluir um texto que ultrapasse as fronteiras do Cone Sul.

A ampliação do recorte geográfico e histórico é possível com o artigo escrito por Anelise Coelho sobre a ditadura instaurada na Guatemala em 1954, a partir da articulação entre setores do governo, empresariais e a Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA). Segundo a autora, a partir de então, os interesses desta agência influenciaram as diretrizes de segurança e defesa da Guatemala, que articulou seus aparatos repressivos de acordo com as orientações e estratégias de combate ao comunismo e ao “inimigo interno” (pp. 195).

A análise da autora deriva de uma investigação de doutorado mais ampla, cujas fontes são documentos do Arquivo Histórico da Polícia Nacional (AHPN), um riquíssimo acervo descoberto em 2005 na Cidade da Guatemala e do qual uma parte já se encontra digitalizada. Essa documentação, portanto, abriu novas portas para a investigação da atuação dos corpos policiais no país e também para entender como se deu a influência dos Estados Unidos em golpes da América Latina. Ao aproximar dos historiadores essa nova temática e fonte, a autora contribui para a análise da violência e da polícia nacional guatemaltecas, dialogando também com os contextos latino-americanos, ensejando possibilidades de pensar as aproximações e distinções entre esses diferentes contextos de repressão e autoritarismo.

Ao todo, “À sombra das ditaduras” reúne 13 artigos e a apresentação, feita por Daniel Aarão Reis. No que se refere ao Brasil, a maior contribuição dos autores que abordam temáticas relacionadas a esse processo ditatorial é escancarar e esmiuçar aos leitores quem são os integrantes do adjetivo contido na expressão “ditadura civil-militar”. Já em se tratando de América Latina, os jovens pesquisadores brasileiros ultrapassam as fronteiras de seu país e empreendem investigações que contribuem para caracterizar os processos ditatoriais em outros contextos.

Ao final de tais regimes, processos de abertura foram acompanhados pela instauração de mecanismos de justiça transição. Ainda que tardios, como no Brasil, esses mecanismos estiveram intrinsicamente ligados a consolidação das novas democracias, cujos governos seriam então responsáveis por clarificar e esclarecer esses períodos de violações e autoritarismo. A rendição de contas com o passado foi um dos compromissos assumidos pelos governos de transição, ainda que em muitos contextos, as premissas não tenham sido cumpridas e o que se experimentou, foi o silenciamento e a impunidade.

No Brasil vivemos a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), agora já em fase de conclusão de seus trabalhos. Espera-se que o relatório final possa iluminar as lacunas da história da ditadura militar vivida entre os anos de 1964 e 1985, promovendo a memória e uma cultura de dos Direitos Humanos e reparação das vítimas e dos familiares de mortos e desaparecidos.

No plano da ação política, muitos países ainda esperam pela real consolidação de suas democracias, que pressupõe também a retirada de antigos agentes dos regimes autoritários de espaços políticos e legislativos da atualidade. Essa é talvez a mais difícil e esperada condição para a consolidação do estado democrático e para a eliminação do legado autoritário das ditaduras. Esse desafio, portanto, se faz presente no Brasil e em todos os países latino-americanos que vivenciaram golpes de estado.